

INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Jacqueline Miranda Cardoso¹, Antônio Ravanelli²

¹ UNIVAP - FE – Faculdade de Educação - Rua Doutor Tertuliano Delphin Júnior, 181 – Jardim Aquarius – 12246-080 – São José dos Campos – São Paulo – e-mail: jacqueline.cardoso@gmail.com

² UNIVAP - FE – Faculdade de Educação - Rua Doutor Tertuliano Delphin Júnior, 181 – Jardim Aquarius – 12246-080 – São José dos Campos – São Paulo – e-mail: ravanelli1@vivax.com.br

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa em desenvolvimento. A inclusão do deficiente visual é tema que ressalta a importância de apresentar formas de o deficiente físico ser incluído nas escolas plenamente. As escolas necessitam de condições adequadas para receber os estudantes e de profissionais especializados para auxiliá-los. Isso gera, na sociedade, conscientização e exalta valores como ética, socialização, solidariedade, respeito mútuo e pluralidade cultural, pois todos têm direitos iguais. A maioria das escolas não possuem recursos adequados e não oferecem apoio especializado à criança, à família e ao professor de classe regular, prejudicando o desempenho do aluno com deficiência visual quanto à utilização de técnicas importantes, como o Sistema Braille para leitura, sorobã (um aparelho de cálculo), bengala, e até alguns programas de computadores que convertem textos escritos em áudio. O desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas de ensino fundamental é de suma importância para formação de cidadãos críticos e conscientes de seus atos.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Deficiência Visual, Educação Inclusiva.

Área do Conhecimento: VIII – Lingüística, Letras e Artes.

Introdução

No Brasil, as pessoas com necessidades especiais formam 14,5% da população, de acordo com o Censo 2000 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (www.ibge.gov.br), no início de maio de 2002. Desse total, 8,3% possuem deficiência mental, 4,1% deficiência física, 22,9% deficiência motora, 48,1% deficiência visual e 16,7% deficiência auditiva. Em países desenvolvidos também existe um número próximo ao do Brasil de pessoas com deficiência. Mas a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é que os primeiros disponibilizam de maior número de serviços adaptados e fazem com que as informações sejam mais divulgadas.

A pessoa com deficiência, além de ter de vencer as barreiras arquitetônicas (escadas ao invés de rampas, calçadas sem guias rebaixadas e banheiros estreitos, sem barras de apoio) e sociais (preconceitos, inclusão escolar e no trabalho), tem que descobrir serviços e direitos de legislação, já que as informações não estão disponíveis.

Não é necessariamente o educando com necessidades especiais que precisa de treinamento antes de entrar em uma escola. A meta da educação inclusiva é do professor atuante, treinado para receber estes alunos. O presente trabalho visa demonstrar a importância do desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas de ensino fundamental.

Metodologia

Para realização deste artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica, em que foram consultados tanto documentos impressos como documentos eletrônicos.

Discussão

Há muito preconceito em relação às pessoas deficientes e isto está relacionado ao comportamento diferente em relação àquele esperado e considerado normal no conjunto de normas e valores que a sociedade estabelece em determinado momento histórico. A Organização Mundial de Saúde publicou em 1980 uma Classificação Internacional definindo *deficiência*, *incapacidade* e *impedimento*. A *deficiência* é uma perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. A deficiência se caracteriza por perdas ou anormalidades que podem ser temporais ou permanentes. A *incapacidade* é toda restrição ou ausência (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade dentro da margem que se considera normal para um ser humano. Caracteriza-se por excessos ou insuficiências no desempenho e no comportamento em uma atividade rotineira. O *impedimento* é uma situação desvantajosa para um indivíduo determinado, consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma atividade que é

considerada normal (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais).

Ribas (2003: 11) faz a seguinte consideração em relação a essa nova terminologia:

“(...) grande parte de todos nós não é em maior ou menor grau deficiente? Afinal, muitos de nós somos portadores de algum tipo de lesão, são míopes, diabéticos, hipertensos, têm altura ou peso não considerados adequados, possuem algum tipo de disfunção orgânica.”

Há um padrão estabelecido pela sociedade em relação ao termo “pessoa deficiente”, e isso dificulta as tentativas de inclusão social, pois ainda há preconceito. É fato que todos são diferentes socialmente por todo mecanismo criado nas relações sociais e há perda de muitas oportunidades de emprego por pessoas deficientes, por serem consideradas diferentes do padrão de trabalhador existente.

Há tentativas de integração, a partir de instituições, como o Pró-Visão, localizado em São José dos Campos, São Paulo, que oferece atendimento para pessoas com doenças oculares, deficiência visual, surdocegueira e múltiplos sensoriais, além de oferecer ao cidadão portador de deficiência visual a oportunidade de se qualificar no mercado de trabalho.

Deficiência visual é perda total ou parcial da visão, necessitando seu portador de recursos específicos, como método Braille, sorobã, bengala e outros para a alfabetização e sociabilização. A cegueira pode ser congênita ou adquirida. Congênita quando a criança nasce sem resíduos de visão, ou perde a visão até os três anos. Até essa idade, a criança ainda não grava imagens e não forma conceitos. A partir daí, porém, a cegueira é adquirida. É considerada adquirida também caso ocorra algum acidente em que a pessoa perca a visão, por exemplo, na adolescência ou mesmo na fase adulta. E para o deficiente visual, a compensação com outros sentidos é a maneira de perceber o que o rodeia.

O francês Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, na França, e aprimorou um método de leitura para deficientes visuais e desde então esse método vem sendo utilizado para auxiliar no processo de aprendizagem. O sistema Braille é composto por seis pontos em relevo dispostos em duas colunas de três pontos. A combinação desses pontos formam 63 caracteres, que simbolizam as letras do alfabeto convencional e suas variações como os acentos, a pontuação, os números, os símbolos matemáticos e químicos, e até as notas musicais. Louis Braille faleceu de tuberculose em 6 de janeiro de 1852. Antes do invento da máquina Braille, e ainda no Brasil, por razões econômicas, o Braille era escrito com reglete e punção. Hoje, além da máquina Braille,

já existem impressoras de Braille ligadas ao computador. Alguns programas podem converter as letras digitadas e marcar em relevo o papel.

Uma das primeiras escolas criadas, conhecida mundialmente, especialmente para cegos, foi fundada em 1784 por Valentin Haüy, em Paris: o Instituto dos Jovens Cegos. No Brasil, o aparecimento da primeira instituição para deficientes data de 1600, período colonial, e chamava-se Irmandade de Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo. Em 1854, já no Império, surgiu a Fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Nessa época, em 1857, foi inaugurado o Instituto dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Todas as Santas Casas foram inauguradas com o objetivo de ajuda aos mais carentes e muitas dessas instituições ainda trabalham com este pensamento.

A escola prepara para o futuro e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos conscientes de seus atos, capazes de realizar a inclusão verdadeiramente. O termo “portador” de deficiência é, de certo modo, agressivo. Na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, em 1990, a denominação adotada foi “pessoa portadora de deficiência”. Já no *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*, também em 1990, foi utilizado o termo “necessidades educacionais”. Na *Declaração de Salamanca*, em 1994, o termo adotado foi “crianças com necessidades educativas especiais/ necessidades individuais do aluno”. E a própria Constituição Brasileira adota o termo “portador de deficiência”, assim como o *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Já na LDB (Leis de Diretrizes e Bases) é adotada a terminologia “educando com necessidades especiais”. A dificuldade de inclusão da pessoa com deficiência é gerada, de certo modo, pelo sistema capitalista, que qualifica essa pessoa como “improdutiva”. A própria comunidade, por meio de determinados grupos sociais, pela tradição e pelos padrões culturais, que reforçam o preconceito, impõem dificuldades para inclusão, integração e participação social da pessoa com deficiência.

Afirma Mazzotta (1996: 16) em relação à falta de conhecimento, a ponto de marginalizar a pessoa com deficiência:

“Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribui para que as pessoas portadoras de deficiência, por serem diferentes, fossem marginalizadas, ignoradas.”

As cidades são pouco estruturadas para integrar pessoas portadoras de deficiência. As edificações não foram planejadas para acolhê-las. As ruas não lhes permitem segurança de locomoção e as áreas de lazer público não possuem condições de recebê-las. Os meios de transporte coletivo não estão preparados para servi-las e os meios de transportes individuais são muito caros e de difícil acesso. Assim, a família encontra dificuldades para dar assistência ao filho com necessidades especiais.

A Constituição Brasileira prevê, em seu artigo 208:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...): III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Conclusão

Não é necessariamente o educando com necessidades especiais que precisa de treinamento antes de entrar em uma escola. A meta da educação inclusiva é do professor atuante, treinado para receber estes alunos. Os alunos com deficiência visual são inseridos muitas vezes em escolas comuns de ensino. Mas a maioria das escolas não possui recursos adequados e não oferece apoio especializado à criança, à família e ao professor de classe regular, prejudicando o desempenho do aluno com deficiência visual quanto à utilização de técnicas específicas importantes. Dentre essas técnicas pode-se destacar o ensino do Sistema Braille, imprescindível no processo de comunicação desses alunos, como também fundamentos de matemática, com o sorobã, e noções de orientação e mobilidade. A preparação de profissionais e familiares para que possam auxiliar a criança deficiente visual no seu processo de desenvolvimento e em sua vida escolar é de suma importância para realizar-se a inclusão, pois há precariedades de recursos e falta de professores especializados. O educador atual auxilia no processo de formação do estudante, oferecendo meios para que este obtenha senso crítico, sendo capaz de agir e refletir sobre a sociedade da qual faz parte, e é necessário determinação para realizar a inclusão.

Referências

- BRAILLE VIRTUAL. Site voltado ao ensino on-line de um curso de Braille gratuito, que se destina a difusão do sistema Braille a pessoas videntes. Busca alcançar especialmente pais, crianças, professores e funcionários de escolas inclusivas. Oferece software público de ensino

das células Braille. Disponível em <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br>>. Acessado em: 10/Jun./2007.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

- JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

- MOSQUERA, Carlos. *Educação física para deficientes visuais*. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

- RIBAS, João Baptista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.